

MULHERES, INTERNALIZAÇÃO DE VIOLÊNCIAS E SUICÍDIOS: ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS DO MUNICÍPIO DE CASTRO - PR (1890-1940)

WOMEN, INTERNALIZATION OF VIOLENCE AND SUICIDES: ANALYSIS OF POLICE INQUIRIES IN THE MUNICIPALITY OF CASTRO-PR (1890-1940)

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski¹

Luciana Codognoto da Silva²

Resumo: Nesta pesquisa, buscaremos problematizar como os diferentes tipos de violência, que tendem a se manifestar a partir das relações de gênero, contribuíram, particularmente, para o número elevado de suicídio de mulheres adultas na cidade de Castro/PR em fins do século XIX e meados do século XX. A metodologia contará com a análise de inquéritos policiais do período de 1890 a 1940, localizados na Casa de Cultura Emília Erichsen, na cidade de Castro/PR. Foram localizados 22 inquéritos por suicídio ou tentativa de suicídio de mulheres no período mencionado, evidenciando que a violência de gênero promove não somente o ocultamento e o silenciamento, como também o sofrimento psicossocial de muitas mulheres. Logo, faz-se necessário criar espaços para que as mulheres possam falar de suas experiências, sobretudo de adoecimento, a fim de romperem com o ciclo de violência a que foram submetidas histórica, cultural e socialmente.

Palavras-chave: Historiografia; Relações de gênero e de poder; Violência contra as mulheres.

Abstract: In this research, we will seek to problematize how different types of violence, which tend to manifest themselves through gender relations, contributed particularly to the high number of suicides among adult women in the city of Castro/PR at the end of the 19th and mid-19th centuries. of the 20th century. The methodology will include the analysis of police investigations from the period 1890 to 1940, located at the Casa de Cultura Emília Erichsen, in the city of Castro/PR. 22 investigations into suicide or attempted suicide by women were found in the aforementioned period, showing that gender-based violence promotes not only concealment and silencing, but also the psychosocial suffering of many women. Therefore, it is necessary to create spaces for women to talk about their experiences, especially those of illness, in order to break the cycle of violence to which they have been subjected historically, culturally and socially.

Keywords: Historiography; Gender and power relations; Violence against women.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Doutora em História - Universidade Federal de Santa Catarina; Professora adjunta - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; E-mail: dulceli.estacheski@ufms.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4059-5606>
2 Doutora em Psicologia e Sociedade - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Professora Adjunta - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; E-mail: luciana.codognoto@ufms.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6807-7800>

Introdução

Escrever sobre suicídio é uma tarefa delicada, pois o tema desperta tensões, ainda é cercado de tabus e é preciso sensibilidade para não estabelecer julgamentos ou supostas verdades sobre os casos analisados. Sara Ahmed, em *La política cultural de las emociones* (2017), e Arlete Farge, em *Lugares para a história* (2015), apresentam um horizonte intelectual importante para as investigações dos afetos e das emoções. Essas perspectivas teóricas possibilitam pensar como as normas sociais afetam as emoções das pessoas e como essas emoções resultam em diferentes pensamentos e ações. Permitem refletir sobre as hierarquias socioculturais das emoções que estabelecem estereótipos de gênero, classe e raça, e, sobretudo impulsionam a compreensão de que os instrumentos, racionalmente organizados, que geram desigualdades e causam dor, podem ser problematizados, criticados e substituídos por outros mais humanizantes, menos discriminatórios e dolorosos.

Problematizar o suicídio é provocar uma reflexão sobre práticas socioculturais que promovem sofrimento. Mais do que estabelecer razões ou motivações que conduziram mulheres a colocarem fim às suas vidas, trata-se de pensar sobre trajetórias de vidas marcadas por pressões sociais a partir das perspectivas de gênero. Um dos argumentos contundentes da polêmica obra *Suicídio: modo de usar*, de Claude Guillon e Yves Le Bonniec (1984), é a afirmativa de que a sociedade não se importa que o sistema mate, desde que o sistema continue funcionando.

É preciso considerar o tema suicídio uma questão social, deixando de julgar o ato e passando a problematizar as práticas socioculturais que o desencadeiam. Como ressalta Fábio Henrique Lopes (2011), identificar as estratégias de regulação de condutas permite pensar as formas de subversão e o ato suicida poderá ser encarado como uma forte crítica às imposições sociais³.

A tarefa a que nos propomos nesta pesquisa é a de levantar possíveis questões de gênero e violências a partir dos elementos encontrados em inquéritos policiais por suicídio ocorridos na cidade de Castro/PR entre os anos de 1890 a 1940. A internalização da violência contra as mulheres é o tema central desse texto, que, portanto, focará, principalmente, nos inquéritos policiais por suicídios de mulheres.

3 Ressaltamos o óbvio: não se trata de romantizar o ato ou mesmo de legitimar o suicídio, mas sim de percebê-lo como um forte apelo às necessárias mudanças nas dinâmicas sociais opressivas e excludentes.

Para tanto, esta pesquisa encontra-se dividida em quatro partes. Na primeira, traremos o referencial teórico do nosso estudo, tendo como eixos de discussão os estudos de gênero e também uma discussão sobre a temática do suicídio. Na segunda parte, abordaremos a metodologia da pesquisa, dando destaque à pesquisa documental. Na terceira parte, destacaremos os resultados e as discussões dos dados levantados ao longo deste estudo. Por fim, apresentaremos as considerações finais de nossa pesquisa.

1 Questões de gênero e suicídio

Joan Scott (1990) compreende o conceito de gênero enquanto percepção socialmente construída sobre as diferenças sexuais, que dita saberes e posições hierárquicas das pessoas na sociedade. Nas palavras da autora, as categorias homem e mulher são, concomitantemente, vazias e transbordantes. Vazias, porque não apresentam significados definitivos; e transbordantes, porque, mesmo estando fixadas na sociedade, elas abarcam outras formas – negadas ou reprimidas – de manifestação. Com isso, a autora nos afirma que o conceito de gênero é relacional, em que os papéis sociais de homem e mulher não podem ser compreendidos separadamente.

Linda Nicholson (2000) destaca que o conceito de gênero se contrapõe aos conceitos de sexo e de diferença sexual. Surgido nas décadas de 1960 e 1970, os estudos feministas se propuseram a debater o lugar destinado às mulheres no contexto social, que privilegiava a vida privada, o casamento e a procriação como caminhos únicos e possíveis para as mulheres. Para a autora, tal fundacionalismo biológico visava demarcar lugares comuns para se definir o que seria uma mulher.

Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021) busca dessencializar o conceito de gênero, realçando a importância de se romper com a dicotomia natureza/cultura para se pensar o sujeito do feminismo. Segundo a autora: “[...] é preciso romper com as ideias essencialistas, carnavalizar as fronteiras entre o biológico e o cultural, entendendo o gênero como performance, como processo de produção dos nossos corpos, do sexo (Nascimento, 2021, p. 41). Em sua obra, *Transfeminismo*, a autora ainda discute “quem pode e quem não pode ser uma mulher” (2021, p. 20), a partir de uma palestra proferida nos Estados Unidos, em 1851. Ao buscar responder a esse questionamento, a autora parte de duas perspectivas: a primeira, na qualidade de mulher negra, na desconstrução da figura da mulher universal apregoada pelo feminismo, trazendo para o centro dos debates travestis e transexuais; e a segunda, ao trazer o verbo poder como oposição às ideias feministas, ampliando, assim, a pluralização das sujeitas do feminismo.

Valeska Zanello (2014) ressalta que as chamadas tecnologias de gênero contribuem para a formação de sintomas no campo da saúde mental de homens e, principalmente de mulheres na sociedade. A partir disso, podemos pensar na articulação direta das questões de gênero com o comportamento suicida de mulheres ao longo da história, uma história marcada por uma cultura androcêntrica e misógina, que tem encarcerado as mulheres em modelos únicos de mãe, esposa e cuidadora do lar. Em outro momento, Valeska Zanello e colaboradores/as (2015) destacam a relação muito próxima entre o adoecimento e o sofrimento psíquico e as questões de gênero. Para os autores, o sofrimento psíquico deve ser pensado a partir da ideia de sofrimento psicossocial, uma vez que homens e mulheres são moldados por valores estereotipados de gênero, que sustentam desigualdades e conferem a eles e a elas padrões emocionais e comportamentais identitários.

Em seu estudo, Felipe Baére e Valeska Zanello (2018) buscam identificar a influência das construções de gênero na saúde mental de homens e mulheres, através da manifestação do comportamento suicida. Destacam que a sociedade: “[...] coloca o casamento como objetivo a ser alcançado, o que faz com que muitas mulheres suportem vivências de desigualdade e violência dentro do matrimônio em prol de preservação da função esposa” (Baére & Zanello, 2018, p. 169). Estas estruturas identitárias, que destinaram as mulheres ao silenciamento histórico e social e que conferiram aos homens uma construção e uma validação imperativa e hegemônica, nos fazem pensar na articulação direta das questões de gênero com o adoecimento mental e sua relação com o não desejo de viver de muitas das mulheres que protagonizaram importantes relatos desta pesquisa.

Em seus estudos, Eder Dantas, Karina Meira, Juliana Bredemeier e Karla Amorim (2023) salientam que o suicídio de mulheres possui uma relação íntima com as vulnerabilidades de gênero estabelecidas socialmente. Logo:

[...] a desigualdade de gênero seria fruto da posição de subordinação das mulheres no patriarcado, pois configura-se como sistema de dominação masculina e que tem como raízes a divisão sexual do trabalho, a manutenção das principais atividades femininas no ambiente doméstico, no cerceamento dos direitos sexuais e reprodutivos e nos costumes machistas que impõem obediência e silenciamento até diante de situações violentas²⁸. Ou seja, as desigualdades de gênero vulneram as mulheres (Dantas *et al*, 2023, p. 1471).

Assim, a violência de gênero, somada ao silenciamento feminino, seriam, segundo os autores, fatores importantes para o comportamento suicida de muitas mulheres, uma vez que se acreditava que as mulheres que seguissem

as normas dominantes de gênero – maternidade, casamento, vida privada e criação de filhos – teriam menor risco ao suicídio, tal como afirmou Durkheim, ao realizar um estudo sobre o suicídio em fins do século XIX.

Temos, portanto, um cenário de silenciamento e apagamento das identidades, tal como afirmam Dantas *et al.* (2023), onde as questões de gênero e as vozes femininas foram, historicamente, silenciadas e apagadas dos discursos. Para Judith Butler (1990, p. 301) o “[...] reconhecimento de que minha dor, meu silêncio, ou minha cólera, ou minha percepção não são finalmente somente minhas e que me localizam em uma situação cultural compartilhada que me permite então habilitar-me e me capacitar em vias insuspeitáveis”, nos permite pensar que a dor de uma mulher nunca é só dela, mas de um coletivo delas, e que, para tanto, romper com o silenciamento de suas falas e a ocultação de suas faces, torna-se uma tarefa essencial para questionarmos o lugar de históricas, loucas e neuróticas dado àquelas mulheres que buscaram romper com os padrões identitários preestabelecidos de mulher.

2 Metodologia

Nossa pesquisa tem como metodologia a análise histórica de documentos, tendo como fonte primária os inquéritos policiais por suicídio ou tentativa de suicídio de mulheres no período de 1890 a 1940, na cidade de Castro/PR. Foram localizados 22 inquéritos por suicídio ou tentativa de suicídio de mulheres no período mencionado e estes arquivos estão disponíveis para pesquisa na Casa de Cultura Emília Erichsen, na cidade de Castro/PR, local onde concentramos a nossa pesquisa.

Keila Grimberg (*apud* Pinsky; De Luca, 2009) define inquérito policial como forma de comprovação de um crime. Denominado dessa maneira desde 1871, o inquérito policial consiste nas seguintes partes: denúncia de uma parte – vítima, polícia, inspetores –, o auto do corpo de delito, a qualificação do acusado e das partes envolvidas, o interrogatório de testemunhas, e, por fim, a aceitação do acusado, com o julgamento e a sentença proferida, ou o encerramento do processo. Ainda segundo a autora: “Processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias” (Grimberg *apud* Pinsky; De Luca, 2009, p. 126).

Importante ressaltar que os processos criminais são fatos construídos a partir de um determinado acontecimento. Para Keila Grimberg (*apud* Pinsky; De Luca, 2009), estes documentos fornecem dados preciosos sobre os fatos

em si, suas interpretações, pessoas envolvidas, bem como do funcionamento da justiça. Para a autora:

[...] é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão [...] o objetivo primeiro da produção do documento não é reconstituir um acontecimento – o que, de resto, jamais poderia ser – mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam ‘ficções’, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história (Grimberg, 2009, p. 126-127).

Considerada a cidade mãe do Estado do Paraná, Castro foi o primeiro município instituído do Estado no ano de 1857. Em 1894, tornou-se a capital paranaense, por três meses, durante a Revolução Federalista. O motivo da escolha da cidade de Castro como local para investigarmos a temática desta pesquisa se dá pelo fato dela concentrar, em seus arquivos, um número expressivo de inquéritos policiais que investigaram a questão do suicídio de mulheres adultas e seu possível paralelo com as questões de gênero.

A partir disso, destacamos que a nossa pesquisa foi realizada no período de 2016 a 2019 na Casa de Cultura Emília Erichsen, na cidade de Castro/PR. As análises dos inquéritos policiais aconteceram mediante a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977, p. 42), que a define como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Logo, a análise que se segue versará sobre mulheres que decidiram colocar fim às suas vidas após diferentes situações de violência – do silenciamento às agressões físicas – e também sobre mulheres que internalizaram a ideia de que essas experiências dolorosas faziam parte da vida e expressaram isso em seus depoimentos nos inquéritos policiais por suicídio ou tentativa de suicídio de mulheres no período de 1890 a 1940.

3 Resultados e discussões

A análise das fontes permite ponderar as diferenças nas concepções de masculinidades e feminilidades consideradas hegemônicas naquele contexto histórico. Mulheres eram educadas para a submissão aos homens e eles, para o trabalho, visando prover a família. O casamento heteronormativo era entendido como possibilidade de alcançar certo *status* social: para eles, significava tornarem-se chefes de família, e, para elas, era sinal de respeitabilidade, por tornarem-se esposas e mães (Estacheski, 2020).

Verificamos que os estereótipos de feminilidade as colocavam em situações de subordinação, que eram asseguradas por diferentes formas de violência: psicológica, moral e/ou física. A violência contra as mulheres era internalizada a tal ponto que algumas mulheres a legitimasse, fazendo com que algumas daquelas que a sofria entendessem que colocar fim à própria vida era uma solução plausível, já que era difícil encontrar apoio, mesmo em outras mulheres, ou vislumbrar alternativas para a vida.

Nos inquéritos por suicídio de mulheres não foram encontrados bilhetes ou cartas, o que não significa que todas eram analfabetas; é possível que não quiseram ou não puderam registrar suas últimas palavras. Nesses casos, foram analisadas as narrativas das testemunhas e os relatórios dos policiais. Vale destacar que, em inquéritos policiais e em processos judiciais do final do século XIX e início do XX, era dada preferência aos testemunhos de homens, considerados mais confiáveis e com maior autoridade de fala (Estacheski, 2019). Narrativas masculinas tendiam a minimizar as dores daquelas mulheres, no entanto, algumas mulheres também foram ouvidas como testemunhas e foi possível perceber diferenças na sensibilidade relativa aos casos, muito embora, algumas delas tenham apresentado, em seus depoimentos à polícia, uma conformação com a situação de vida submissa das mulheres. Nos 22 inquéritos analisados, constavam 84 testemunhas, sendo 65 homens e 19 mulheres.

Nas investigações, os policiais buscavam saber as motivações para o ato suicida. Em 86% dos casos, as testemunhas tentaram afirmar que a situação era injustificável. Tal premissa correspondia ao tabu firmado em relação à morte suicida, pautado em questões éticas, morais e religiosas e pelo desejo de silenciar a respeito de uma situação que causava dor, revolta, incompreensão ou culpa. Em 7 dos 22 inquéritos policiais por suicídio de mulheres, as pessoas afirmavam que não havia motivo algum para que as vítimas cometessem tal ato. As testemunhas limitavam-se a expressões curtas, como “não havia motivo” ou foi um “acesso de loucura”.

Para Eni Orlandi, em *As formas do silêncio* (1993), o silenciamento é um silêncio imposto e ele é fundante. O silenciamento indica o que não se diz. Explicitar uma motivação para o ato suicida poderia sugerir uma justificção para o que era entendido como injustificável, considerando a religiosidade majoritariamente cristã daquela comunidade (Diniz *et al.*, 2003). O receio por uma condenação eterna podia fazer com que as pessoas não quisessem falar sobre o assunto, pois apresentar uma suposta motivação poderia sugerir que o ato era compreendido ou aceito e isso seria compactuar com um pecado mortal. Uma estratégia utilizada, além do silenciamento, era a justificativa da doença mental, mesmo que não diagnosticada. Afirmar que “foi um ato de loucura”, que a pessoa “sofria do juízo” era comum nos depoimentos. Esse artifício isentava de responsabilidade tanto a pessoa que cometeu o ato quanto familiares e demais pessoas de seu convívio, afinal, a suposta doença teria sido a causadora de tudo.

A Castro antiga não tinha médicos especialistas em saúde mental neste período (Diniz *et al.*, 2003) e para a maioria das pessoas a que se referiu os inquéritos policiais analisados, seria difícil buscar tratamento especializado para diagnosticar tais doenças, considerando as condições de vida, as moradias em locais mais isolados do meio rural e o receio de ser diagnosticado/a com uma doença cercada de preconceitos naquele contexto histórico (Estacheski, 2020). Assim, por diferentes motivações – morais, religiosas e/ou socioculturais –, as dores e as angústias das pessoas que recorreram à morte voluntária eram silenciadas para que as outras pessoas continuassem suas vidas evitando tratar de questões com as quais não sabiam ou não queriam lidar.

Considerando, porém, o tema proposto – a violência contra as mulheres –, um dos relatos mais significativos dentre esses inquéritos, com narrativas silenciadas, está na fala de Júlia, que tentou o suicídio em 1911. Para os policiais, ela afirmou que fez o que fez por estar muito triste com a perda de um filho, no entanto, as testemunhas, quatro homens, Salviano, Luiz, Joaquim e Pedro, disseram que não havia motivos. Pedro, o mais velho dos quatro e único casado entre eles, foi além e disse: “não tinha motivos, porque seu marido não deu motivos”. Dentre as interpretações possíveis para essas afirmativas, consideramos que, mais do que silenciar para não justificar o ato, silenciaram Júlia, negligenciaram suas dores e sua fala.

Em seu depoimento, Pedro fez ainda questão de afirmar a situação de subordinação dela ao marido, evidenciando que, em seu entendimento, somente ele poderia dar motivos a ela; Júlia não poderia ter suas próprias inquietações e dores. Seria justificável que o marido desse motivo para ela

querer a morte? A testemunha entendia que o casamento poderia acarretar sofrimento e desejo de morte para as mulheres? De qualquer forma, silenciaram Júlia, desconsiderando sua fala. Para María Luisa Femenías (2007, p. 22) “*El lenguaje significa libertad. Porque, en un mundo donde el lenguaje y el nombrar son poder, el silencio es opresión y violencia.*” Júlia sofreu violência ao ser silenciada, pois a violência contra as mulheres se configura em diferentes formas, do silenciamento às humilhações, das agressões verbais às físicas.

○ menosprezo pelas dores e inquietações das mulheres também ficou evidente no inquérito policial pela morte de Olívia, em 1923. Ela era jovem e havia sido adotada por uma família de posses, o que pode ser afirmado considerando que, as três testemunhas do inquérito, duas mulheres, Anna Maria e Eulália, e um homem, Manuel, que trabalhavam na casa dela. Nos depoimentos aos policiais, disseram que não haveria motivo, pois ela “era bem tratada por todos de casa”. É possível que essas testemunhas, tanto do caso de Júlia como de Olívia, fizeram essas afirmativas pensando em inocentar esses homens, marido e pai, de qualquer culpa ou remorso por essas mortes, seja pela parceria masculina – para fortalecer uma estrutura de privilégios que os beneficiava, no caso dos amigos do marido de Júlia –, seja pelo receio de colocar o patrão em uma situação ruim e sofrer penalizações, no caso das empregadas e empregado do pai de Olívia. No entanto, é inegável que os sentimentos delas foram desprezados nas falas e a ideia de subordinação foi reforçada. Se o marido não deu motivo à primeira e se a segunda filha adotiva era bem tratada na casa, não lhes era concedido o direito nem mesmo de sofrer.

Zulmira, que morreu aos 17 anos de idade após ingerir veneno na Escola dos Trabalhadores Rurais onde estudava, não foi apenas silenciada, foi também insultada nos depoimentos. Seu pai disse que “sua filha se suicidou somente por leviandade”, o que foi corroborado por Maria Ruth, professora da escola de Zulmira, que afirmou que “supõe que a vítima se suicidou por leviandade, porque era uma menina muito bem tratada por seus pais e era uma menina muito meiga”. Na continuidade do depoimento, o pai relatou que uma amiga da filha havia mencionado que Zulmira falava sobre o desejo de morte, mesmo assim, o relatório policial destacou que o suicídio foi “por motivo de contrariedade [...] sendo uma moça a quem os pais tratavam muito bem e com todo carinho”.

As angústias da jovem, mesmo sendo explicitadas por ela a uma amiga e sendo de conhecimento de seu pai, não foram consideradas, pois na concepção da família e das pessoas com quem convivia, ela devia contentar-se com o bom tratamento que supostamente recebia em casa. Quando

solteiras, as mulheres deviam submissão aos pais, e, quando casadas, aos maridos (Caulfield, 2000; Esteves, 1989; Estacheski, 2019). Como chefes das famílias, os homens queriam decidir até mesmo o que era legítimo ou não nos sentimentos das suas filhas e esposas. Esse dever de submissão imposto às mulheres era internalizado por muitas delas, como ficou evidenciado nas narrativas das empregadas do pai de Olívia e da professora de Zulmira. Elas concordaram, ou ao menos, entenderam que era melhor afirmar, diante dos policiais, que as jovens não tinham motivo para querer morrer, já que eram, supostamente, bem tratadas por seus pais, indicando que isso deveria bastar a elas.

Essa internalização da subordinação era ainda mais contundente em uma carta escrita em 1912, por Maria da Conceição, mãe de Diana, ao esposo da filha. A carta foi encontrada entre várias outras trocadas por Luciano e os pais de Diana no inquérito policial pelo suicídio dele e, nela, Maria da Conceição destacava que o genro havia desrespeitado o sogro diante de uma pessoa estranha, a empregada da família, o que sugeriu uma preocupação sua com a honra do marido e, no fim, afirmou que o genro deveria ter sido gentil com a esposa nos primeiros dias de casamento e esperado pelo menos uns dois ou três meses para cometer atos de violência, pois a filha já teria se acostumado ao casamento e a agressão não faria mal.

Diana tinha 16 anos quando se casou com Luciano. Casar-se jovem era comum neste período, sobretudo nas famílias que viviam da agricultura de subsistência. Enquanto os filhos eram entendidos como mão de obra importante nessas famílias, as filhas eram vistas como fardo econômico, pois, embora também trabalhassem na roça, sua função principal era nos afazeres domésticos não remunerados.

Nesse contexto, encontrar logo um casamento para as filhas era economicamente interessante aos pais, pois não apenas desonerava a família de seu sustento, como também livrava o pai da preocupação com sua honra, sempre em risco pelo receio de que uma filha engravidasse antes do casamento (Estacheski, 2019). O casamento de Diana e Luciano, no entanto, não durou muito tempo. Depois de uma semana de festas na casa dos pais dela, em Castro/PR, o casal foi para a casa onde viveriam na vila vizinha e lá, na primeira noite, ele embriagou-se no bar e tentou matar a esposa ao retornar para a casa. Como o casal foi acompanhado na viagem pelo pai de Diana, sua irmã e uma empregada da família, ela foi salva, abandonando o marido e retornando para a casa paterna. Após várias cartas, que imploravam pelo retorno da esposa, Luciano foi até Castro, hospedou-se numa pensão e lá se suicidou, deixando um bilhete que culpava o abandono de Diana por

seu infortúnio, configurando o que parece ser uma última forma de violência contra ela, querendo fazer com que Diana se sentisse culpada e amargasse remorsos.

Retornando à carta de Maria da Conceição, vários pontos dela são relevantes para análise, ao pensarmos na internalização da subordinação das mulheres em relação aos homens. Essa subordinação internalizada fazia, e ainda faz, com que muitas delas legitimem as diferentes formas de violência – dos ataques verbais, às humilhações e, até mesmo, a violência física. Ao entender que os homens são figuras de autoridade e supostos protetores e provedores da família, algumas mulheres assimilam a ideia de que eles são merecedores de atenções, cuidados e subserviência e que eles têm direito a comandar a casa, determinando, inclusive, quando, onde e com quem as mulheres podem falar, o que vestir e como se portar. Essa percepção alimenta a ideia de que seria uma troca: a proteção deles pela obediência delas, o que coloca mulheres em situação de dependência emocional e econômica que, em muitos casos, provoca a admissão da violência como maneira de manutenção dessa ordem social, tal como afirmam os estudos de Rodrigo do Prado Bittencourt (2021).

O que é possível argumentar é que mulheres tinham suas vidas marcadas por situações de submissão desde a infância e se muitas delas conseguissem se rebelar contra os sistemas sociais que as oprimiam, como Diana – que resolveu abandonar o marido agressor –, muitas outras foram profundamente afetadas emocionalmente a ponto de naturalizarem ou legitimarem o modo de vida submisso, suportando, em silêncio, diferentes situações de violência ao longo da vida. A ideia de que os homens, pais ou maridos lhes davam casa, comida e proteção e que, por isso, as mulheres – crianças, jovens ou adultas – lhes deviam gratidão e obediência, era demasiadamente forte. O medo do desamparo poderia atormentar mulheres que cresceram aprendendo que dependiam de homens para viver, assim como o medo da solidão assola até hoje muitas pessoas devido à construção social de um amor romântico e da necessidade de casamento e maternidade para completude da vida de mulheres (Estacheski, 2020; Gómez, 2017).

A história de Olinda, que morreu em Castro, em 1915, corrobora com essa reflexão. Ela era casada com Bonifácio, com quem tinha uma filha pequena, e sua mãe, Dona Rosalina, residia na mesma casa. Os relatos das testemunhas demonstraram que Olinda não era feliz no casamento e que se sentia muito incomodada com as saídas constantes do marido, à noite, e com os comentários que ouvia sobre ele. Dona Rosalina afirmou que a filha “acreditava tudo que lhe contavam e tinha muito ciúme de seu marido,

dando isso causa a contínuas brigas entre o casal”. Era o ciúme que a filha supostamente sentia e não as saídas do genro que, para ela, ocasionavam as brigas do casal. O relatório do policial em seu inquérito por suicídio constatou que a morte ocorreu “por questão de ciúme que tivera com seu marido”. Se o ciúme é entendido como um sentimento de posse, isso não seria considerado apropriado a uma esposa sentir em relação ao marido e, portanto, era considerado um descontrole emocional, que podia justificar o suicídio, isentando Bonifácio de qualquer responsabilidade, mesmo que ele tenha confessado ao policial que agrediu fisicamente a esposa antes dela cometer tal ato.

Sua narrativa e a aceitação dela, sem responsabilizações pelo policial, revelam um entendimento de que a esposa não poderia ter sentimento de posse ou desconfiança em relação ao marido, mas ele teria direito de se exaltar e, inclusive, de agredir, numa suposta tentativa de educar para restabelecimento da ordem da casa. Bonifácio afirmou que “atribuiu sua fatalidade do seu gênio violento e nervoso do seu suposto e infundado ciúme; que lamentava o que aconteceu, porque estimava sua mulher e a tratava muito bem, como é público e conhecido por todos nesta cidade”. Ele bateu nela e admitiu isso, mas acusou ela de ter um “gênio violento”.

Após a briga, Bonifácio teria ido para o quarto onde dormiam a filha e a sogra e, em seguida, ouvido um grito vindo da cozinha. Segundo o seu depoimento, Olinda havia ingerido soda cáustica. A insatisfação dela com aquele casamento foi revelada a Manoel, amigo de Bonifácio, que havia saído com ele naquela noite. No depoimento, Manoel afirmou que entrou na casa para acalmar o casal que brigava e que “Olinda queixava-se, dizendo que, há anos, sofria com seu marido e que ia tratar do divórcio”, o que para ele era inadequado, pois “Bonifácio tratava muito bem sua mulher, nada faltando em sua casa para a manutenção da família”. Como o marido cumpria com suas obrigações financeiras de provedor da família, o sofrimento de Olinda era entendido por ele como demonstração de um “gênio irracional e nervoso”, expressão usada pelo rapaz ao indicar o que entendia como motivo de seu suicídio.

Olinda, pelo que a fonte indicou, não se conformava com aquela vida. As narrativas das testemunhas de seu inquérito policial por suicídio revelaram que ela queria ser respeitada e que ter um marido que lhe garantisse uma casa e um sustento não era suficiente para sentir-se bem. No entanto, naquele contexto, tais sentimentos e inquietações não poderiam ser externalizadas pelas mulheres, sob o risco de serem consideradas irracionais, nervosas, descontroladas. A ideia expressa por Manoel, amigo de Bonifácio,

deslegitimando as angústias de Olinda, porque nada lhe faltava em casa, revela que, no entendimento dos homens, as mulheres não deveriam almejar nada mais do que a proteção de um homem, que lhes garantisse o sustento. Qualquer sentimento, que não fosse de gratidão e subserviência, seria considerado inadequado. Como bem afirma Sara Ahmed (2017, p. 23): “La jerarquía entre emoción y pensamiento/razón queda desplazada, por supuesto, por una jerarquía entre las emociones: alguna son ‘elevadas’ como señales de refinamiento, mientras que otras son ‘más bajas’ como señales de debilidad.” No caso aqui relatado, as emoções que levaram Bonifácio a agredir fisicamente Olinda eram legitimadas, pois estava buscando a manutenção da ordem familiar, enquanto que as emoções de Olinda eram menosprezadas e esvaziadas de sentido, configurando uma primeira hierarquia das emoções. Outra forma de hierarquização seria a gratidão e a subserviência como sinal de refinamento, enquanto o ciúme e o descontentamento seriam sintomas de debilidade.

Retomando a reflexão sobre a internalização da violência contra as mulheres, fosse ela verbal, moral, psicológica ou física, como modo legitimado de vivenciar um casamento neste período, é expressivo o depoimento de Dona Rosalina, mãe de Olinda. Ela começou afirmando que “residia em casa de seu genro” e é sugestivo que não considerasse aquela casa como sua, de sua filha ou da família, mas dele, reforçando a premissa de que elas eram dependentes do chefe da casa, Bonifácio, o provedor, portanto o proprietário. Para ela, o genro tratava sua filha muito bem, “nada lhe faltando e nem a sua filhinha Silvia”, o que sugere pensar que, para ela, se ele cumpria a função de provedor que era esperada, a filha deveria sentir-se satisfeita e cumprir a função de esposa subserviente.

As poucas informações disponíveis no inquérito sobre Dona Rosalina revelaram que ela tinha 50 anos de idade, era solteira e tinha uma filha, um genro e uma neta, com quem morava. Embora fossem poucos elementos, eles foram significativos e possibilitaram conjecturar que a vida dela não foi fácil, pois, sendo solteira, ela engravidou fora do casamento, no final do século XIX, residindo em uma comunidade interiorana. Se a gravidez foi fruto de um romance, de um desejo, de uma decisão consciente ou de uma violência, não foi possível saber, mas foi muito provável que tenha sofrido com o preconceito e a discriminação que essa situação acarretava na época. Também não há informações que revelem como ela viveu e sustentou a filha até que essa se casasse e nem quais seriam as motivações que a levaram a morar naquela casa – necessidade financeira ou os laços afetivos entre ela e a filha, se queria cuidar da neta ou se apenas não queria ficar sozinha.

Conformar-se com uma situação não significava contentar-se com ela. A professora de Zulmira e as mães de Diana e Olinda deixaram em seus depoimentos indícios do que aquela sociedade considerava um posicionamento adequado para a vida das mulheres e uma suposta conformação, que optamos por denominar de internalização da violência. Como saber o que se passava em seus pensamentos e que emoções experimentavam ao serem expostas a um inquérito policial e terem que testemunhar diante de homens policiais? Várias angústias e inquietações poderiam ter movido essas mulheres, como o fato de que teriam que continuar convivendo com aqueles homens ou com outros homens, que agiam e pensavam de forma semelhante.

Afirmar que entendiam as dores daquelas mulheres que decidiram colocar fim às suas vidas, seria um ato de rebeldia contra um sistema, que também as oprimia, mas no qual sempre viveram e foram levadas a acreditar que era o único possível. Não havia redes de apoio, tampouco um movimento social ou educacional que impulsionava a transformação daquele modo de viver e se relacionar. Não havia proteção efetiva da justiça para as mulheres que sofriam violência e nem meios de subsistência para aquelas que quisessem sair da situação de violência doméstica. Para muitas, na região rural, não havia nem vizinhança a quem recorrer em caso de violência. É possível que essas angústias tenham atormentado Julia, Zulmira, Olinda, Olívia e tantas outras e as fizeram escolher a morte voluntária e é possível que os mesmos tormentos se passassem nos pensamentos das mulheres que testemunharam nos inquéritos policiais, mas estas talvez quisessem apenas continuar vivendo.

Concordamos com Arlete Farge (2015, p. 24-25), para quem “pode parecer ambicioso e utópico” refletir e provocar a reflexão sobre a história da violência, e, aqui, sobre a história do suicídio e da internalização da violência, mas “é justo tentar a aventura da reflexão para não se deixar desbordar por aquela do sentimento de fatalidade ou de impotência”. A autora ressalta que há “racionalidade no abominável” e quando buscamos compreender os dispositivos que fizeram nascer a legitimação da violência, por exemplo, podemos suscitar e fornecer outros dispositivos que superem os primeiros e provoquem transformações sociais.

4 Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, realizamos um estudo sobre as questões de gênero, a internalização de violências e o suicídio de mulheres a partir das análises de fontes documentais, representadas por inquéritos policiais por suicídio ocorridos na cidade de Castro/PR entre os anos de 1890 a 1940. Entendemos que a principal limitação da pesquisa se refere, sobretudo à falta de dados cruciais das mulheres nos inquéritos policiais analisados, tais como a raça/cor e à impossibilidade de constatar os reais motivos de uma morte voluntária.

Constatamos que as questões de gênero contribuíram para a internalização de violências, sejam elas físicas, morais e/ou psicológicas, de muitas mulheres que buscaram o suicídio na antiga cidade de Castro no período estudado. Somada a internalização de tais violências, se associam o silenciamento de suas vozes e a convivência direta com seus agressores, perpassada como uma cultura machista, que aprisiona, fere e mata muitas mulheres, a partir do momento em que as coloca em um lugar de submissão e subserviência masculina.

Destacamos, a partir do registro e da análise de nossas fontes, os seguintes pontos: consideramos indispensável pensar que mulheres chegaram a um momento da vida em que entenderam que a única saída possível era o fim dela, para não precisarem mais sofrer com a violência verbal, moral ou física que experimentavam cotidianamente. Consideramos indispensável perceber que outras mulheres internalizaram a violência como instrumento de sobrevivência. Ainda mais importante foi constatar que essas histórias vividas, captadas nas fontes analisadas, encontraram semelhanças em histórias que ainda hoje ocorrem e que a sociedade ainda hoje legitima tais violências, a ponto de muitas mulheres ainda pensarem que o silêncio seja uma forma válida de sobreviver ou que a morte será o único caminho para acabar com as suas dores.

Para pesquisas futuras sobre esta temática, várias são as possibilidades, mesmo considerando as limitações das fontes históricas a respeito do tema. A análise de inquéritos policiais ou processos crime se apresentaram como fonte interessante por permitir pensar as concepções de diferentes sujeitos, como: a polícia e as testemunhas, nos casos de inquéritos policiais, os/as juizes/as, promotores/as e advogados/as, nos casos de processos. Nos casos de tentativas, foi possível analisar os relatos das pessoas que desejaram a morte, em alguns casos de suicídios, foi possível encontrar cartas e bilhetes anexados à documentação. Hoje, outras fontes permitem pensar o assunto,

como notícias em jornais e nas redes sociais, refletindo a repercussão dos casos. Todas são lacunares e precisam ser analisadas com o devido cuidado, necessário a um tema tão sensível.

Sobretudo, é indispensável sempre escutar, mais e mais, as mulheres, romper o silenciamento a que foram submetidas e não desprezar suas dores e suas emoções, a fim de evitar seus adoecimentos e seus desejos de não mais quererem viver. As histórias difíceis, relatadas durante esta pesquisa, provocaram um desejo intenso de que o mundo se torne um lugar diferente, menos violento e mais justo para viver para as mulheres, onde, nos dias atuais, as violências não mais se perpetuem e onde seja possível viver como mulheres protagonistas de suas próprias histórias e de suas próprias vidas.

Referências

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. México: Centro de Investigaciones y Estudios de Género, 2017.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. O gênero no comportamento suicida: uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Revista Estudos em Psicologia**, Campinas, v.23, n. 2, p. 168-178, abr./jun. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Rodrigo do Prado. A mulher na legislação brasileira: uma análise histórica. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v.9, p. 278-295, jan./jun. 2021.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, S.- H. (Org.). **Performing feminisms: feminist critical theory and theatre**. Baltimore: Johns Hopkins, 1990.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

DANTAS, Eder Samuel; MEIRA, Karina Cardoso; BREDEMEIER, Juliana; AMORIM, Karla Patrícia Cardoso. Suicídio de mulheres no Brasil: necessária discussão sob a perspectiva de gênero. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.28, n.05, p. 1469-1477, maio. 2023.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender: essays on theory, film and fiction**. Bloomington, Indiana: Univ. Press, 1987.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILELLA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emerenciana. **Castro Antiga: cronologia**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **Crimes sexuais: a histórica culpabilização das vítimas**. Curitiba: Appris, 2019.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **Morrer para não sofrer: questões de gênero e suicídios em Castro/PR (1890-1940)**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.1, p.189-214, jan./abr. 2007.

GÓMEZ, Coral Herrera. **La construcción sociocultural del amor romântico**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2017.

GRIMBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUILLON, Claude; BONNIEC, Yves Le. **Suicídio modo de usar**. São Paulo: EMW Editores, 1984.

LOPES, Fábio Henrique. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011.

MUELAS, N. Vicente; MANGADO, Enriqueta Ochoa. Consideraciones sobre el suicídio: una perspectiva histórica. In: **Psiquiatria.com**, 11(3), 2007. Disponível em: <https://psiquiatria.com/psiquiatria-general/consideraciones-sobre-el-suicidio-una-perspectiva-historica/> Acesso em 12 de janeiro de 2018.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n, 2, p. 8-41, jan. 2000.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1993.

SCOTT, Joan. “**Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. **Estudos feministas e de gênero**: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas engendradas do sofrimento psíquico. **Fractal**: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p. 238-246, set/dez. 2015.

Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em junho de 2024.